

JACQUES MARITAIN E SÃO TOMÁS DE AQUINO: PESSOA, SUBSISTÊNCIA E CONTEMPLAÇÃO

THOMAS AQUINAS AND JACQUES MARITAIN: PERSON, SUBSISTENCE,
AND CONTEMPLATION

Ciências Humanas, Linguística & Letras e Artes • 27/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/790391798](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/790391798)

Fernanda Elena Tenorio Altvater

RESUMO

Este artigo analisa a concepção de pessoa, subsistência e contemplação em São Tomás de Aquino e Jacques Maritain, colocando a contemplação como eixo central da reflexão. Para São Tomás, apenas as criaturas racionais podem ser chamadas pessoas, pois são capazes de conhecer e amar a Deus, fim último da existência, mediante a contemplação. Maritain retoma essa distinção e sublinha que a providência divina cuida das pessoas por si mesmas, não apenas como indivíduos. O conceito de subsistência, problemático na tradição tomista, é aprofundado por Maritain e outros intérpretes, mostrando que apenas Deus existe plenamente, enquanto as criaturas apenas subsistem, sustentadas pela existência divina. A contemplação, superior à ação prática, aparece como atividade que ilumina todas as dimensões da vida humana: permite distinguir realidade de ilusão, sustenta a memória, favorece a construção da identidade e abre espaço para o amor e para a liberdade. Cristo, na união hipostática, constitui a exceção plena, unindo natureza humana e divina. Pesquisas contemporâneas, como a de Meira Júnior e Meira (2024), confirmam que práticas contemplativas e devocionais não apenas fortalecem a espiritualidade, mas também contribuem para a formação da identidade pessoal e comunitária. Assim, a c como questão fundamental para compreender a pessoa humana e sua orientação ao transcendente, oferecendo uma alternativa interpretativa para pensar a dignidade e a interioridade do ser humano.

Palavras-chave: Pessoa; Subsistência; Contemplação; Tomás de Aquino; Jacques Maritain.

ABSTRACT

This article analyzes the concepts of person, subsistence, and contemplation in Thomas Aquinas and Jacques Maritain, placing

contemplation at the core of the reflection. For Aquinas, only rational creatures can be called persons, since they are capable of knowing and loving God, the ultimate end of existence, through contemplation. Maritain revisits this distinction and emphasizes that divine providence cares for persons in themselves, not merely as individuals. The notion of subsistence, problematic in the Thomistic tradition, is further developed by Maritain and other interpreters, showing that only God fully exists, while creatures merely subsist, sustained by divine existence. Contemplation, superior to practical action, emerges as the activity that illuminates all dimensions of human life: it enables the distinction between reality and illusion, sustains memory, fosters identity, and opens space for love and freedom. Christ, in the hypostatic union, represents the unique exception, uniting human and divine nature. Contemporary research, such as that of Meira Júnior and Meira (2024), confirms that contemplative and devotional practices not only strengthen spirituality but also contribute to the formation of personal and communal identity. Thus, contemplation is presented as a fundamental issue for understanding the human person and their orientation toward the transcendent, offering an interpretative alternative for thinking about human dignity and interiority.

Keywords: Person; Subsistence; Contemplation; Thomas Aquinas; Jacques Maritain.

1. INTRODUÇÃO

A reflexão sobre a pessoa, sua subsistência e sua vocação à contemplação encontram em São Tomás de Aquino e Jacques Maritain dois referenciais fundamentais. Porém, se é verdade que o ser humano tem uma natureza espiritual (que subsiste), a questão que nos resta é a seguinte: qual é o papel da contemplação, da

meditação e do silêncio no intuito de reconhecer tal natureza? Comparando a argumentação tomasiana, na *Suma Teológica* e as reflexões do filósofo neotomista Jacques Maritain, em *A Pessoa e o Bem Comum* e também na obra *Distinguir para Unir*, ou os *Degraus do Saber*, especificamente, no anexo onde o autor expõe o conceito de subsistência. O objetivo é o de sublinhar a importância da reflexão, do silêncio, do recolhimento e da contemplação na tarefa de definir a individualidade humana. São Tomás de Aquino, assim como o faz Jacques Maritain, diferencia indivíduo de pessoa estabelecendo que apenas as criaturas racionais podem, de fato, serem chamadas pessoas, posto que são capazes de conhecer e amar a Deus, que é o fim último da existência, mediante a contemplação. Jacques Maritain, como apontado, retoma essa distinção e critica a visão pagã que interpõe o universo entre Deus e os homens, reforçando que a providência divina cuida das pessoas por si mesmas e não apenas como partes de uma engrenagem cósmica.

O conceito de subsistência, portanto, é central na argumentação de ambos e leva a conclusão de que a alma humana subsiste; é capaz de refletir sobre si mesma e exerce o livre-arbítrio, tornando-se capaz de contemplar. Para São Tomás de Aquino, a bem-aventurança consiste na visão de Deus, e a contemplação é superior à ação prática, pois o espiritual prevalece sobre o social e o individual. Maritain traz-lhe um complemento quando afirma que grandes realizações nascem da fidelidade pessoal à verdade contemplada. O filósofo francês concede maior destaque à ação do homem mostra que a personalidade, enraizada no espírito, é superior à individualidade, ligada à matéria. Entretanto, os dois pensadores lidam com um conceito problemático e pouco analisado: a subsistência. Se o ser humano subsiste, significa que não existe

realmente, mas, é sustentando pela existência divina. E, portanto, todas as suas ações, por melhores que sejam, são finitas e falhas. Por isso, para bem agir, faz-se necessário que o homem encontre a natureza divina através da contemplação.

Importa esclarecer ainda que, Cristo (enquanto homem), é uma exceção, pois na união hipostática sua natureza humana se une plenamente à divina. Martín Echevarría aprofunda essa discussão ao definir pessoa como quem subsiste em uma natureza espiritual (*anjos, homens e Deus*) e ao mostrar que a razão reflexiva permite contemplação, ainda que parcial. Essa limitação humana exige uma contemplação gradual, mediada pelos objetos sensíveis, e o recolhimento interior torna o homem pessoa, permitindo autoconhecimento e amor. Nesse contexto, a memória aparece como extensão da interioridade: diferente dos animais, o homem recombina lembranças e constrói uma identidade transcendente.

O corpo, atualizado pela alma, integra-se à pessoa como composto substancial, e as diferenças individuais influenciam disposições intelectuais e morais. A corruptibilidade humana afeta escolhas, mas a atitude contemplativa e reflexiva permite distinguir realidade de ilusão. Assim, a alma, superior à matéria, dá sentido espiritual ao corpo, transformando gestos e sinais em expressões transcendentais. Dessa forma, a argumentação conduz à conclusão de que a pessoa humana é marcada pela subsistência, pela interioridade e pela atitude contemplativa, integrando corpo e alma, mas sempre orientada para além da matéria, em direção ao transcendente.

O que se pretende, portanto, é comparar dois pontos de vista semelhantes, considerando a interpretação dos conceitos já

destacados. Trata-se de dois autores que seguem uma mesma tradição e o fato de estarem tão próximos, pode gerar a impressão de uma simples justaposição de ideias, mas, não é o caso. Espera-se comprovar a necessidade da contemplação (do silêncio e da meditação) na vida humana; seja para que se reconheça enquanto pessoa, para que reconheça a própria natureza espiritual, ou ainda para que construa a própria identidade e tenha memória de si mesmo esse é um percurso que cabe a todo o cristão e por que não dizer a todo ser humano que procura responder a questão a respeito de quem é. Por isso, embora os autores escolhidos estejam inscritos na tradição católica, acredita-se que a leitura seja válida para todos. Nesse sentido, pesquisas contemporâneas, como a realizada por Meira Júnior e Meira (2024) com estudantes de teologia no reforçam que práticas contemplativas e devocionais não apenas fortalecem a espiritualidade, mas também ajudam na construção da identidade pessoal e comunitária.

2. INDIVÍDUO E PESSOA: A DISTINÇÃO TOMISTA

Em sua *Suma Teológica*, o filósofo medieval, distingue metafisicamente o conceito de indivíduo e o conceito de pessoa, pontuando que cada criatura tem seu próprio ato e perfeição, contudo, as criaturas racionais o têm de um modo especial: “Mas, além disso, as criaturas racionais tem um modo especial, têm Deus como fim porque podem alcançá-lo pelas suas operações, conhecendo e amando. E assim é claro que a bondade divina é o fim de todos os seres corporais (AQUINO, 2020 a, p. 442). Elas podem ser chamadas *pessoas*, pois, Deus é o fim último de todo o ser humano e transcende todo o bem criado:

Ora o objeto da vontade que é o apetite humano, é o bem universal, como o do intelecto é a vontade universal. Donde resulta claro que nada pode satisfazer a vontade do homem senão o bem universal. Ora disso não é capaz nenhum bem criado, mas só Deus, porque toda a criatura tem a bondade participada. (AQUINO, 2020 b, p. 44.).

Nada deve se interpor entre *Ele* e a alma humana¹ (MARITAIN, 1962, pp. 15, 16) e a providência divina cuida de cada uma das criaturas racionais, principalmente, porque se trata de *pessoas* e não apenas de *indivíduos*. Por serem pessoas, são queridas por si mesmas e não são apenas parte da engrenagem do universo. Somente nas criaturas intelectuais é que se encontra a imagem de Deus (MARITAIN, 1962, p. 19) e só elas participam da graça divina, pois, só quem reflete é capaz de escolher e só quem escolhe pode ser recompensado, ou, perdoado por suas escolhas. Acresce-se ainda que a capacidade do livre-arbítrio só se encontra na alma humana, pois, ela subsiste (MARITAIN, p. p. 20, 21) e porque a alma do homem subsiste, seu intelecto torna-se capaz de a conhecer e refletir sobre si mesma. Se houvesse uma só alma capaz de conhecer a Deus por inteiro, ela seria feliz independente de quaisquer outras coisas. Disso decorre que a vida em sociedade não é indispensável à felicidade, ainda que a acompanhe e é bem possível ser feliz na solidão acompanhada da luz divina, o que significa conhecer a Deus intencionalmente, por intuição direta, sem o intermédio de uma ideia (MARITAIN, 1962, p. 23).

3. SUBSISTÊNCIA: ENTRE A FINITUDE HUMANA E A EXISTÊNCIA DIVINA

Na concepção tomista a bem-aventurança consiste na visão de Deus e, portanto, diz respeito ao intelecto especulativo (teorético) e não ao intelecto prático (MARITAIN, 1962, p, 24), isto é, um bem realizado, por mais elevado que seja; é inferior a verdade (MARITAIN, 1962, pp.24, 25) e a contemplação: um homem que contempla, no próprio ato da contemplação dirige-se para o bem, posto que o fim do intelecto especulativo excede qualquer bem da inteligência prática. (MARITAIN, 1962, pp. 25, 26) Graças ao seu elevado grau de imaterialidade, a atividade contemplativa é a mais elevada das atividades humanas (MARITAIN, 1962, pp. 26,27) e é por meio da contemplação que o ser humano deve chegar às atividades práticas, nunca o contrário. Mesmo quando tem de ser abandonada, circunstancialmente, em favor de alguma necessidade, a reflexão jamais será inferior à ação.

São Tomás de Aquino defende que o homem é chamado à contemplação e, em consequência o que é espiritual e, por isso, eminentemente, pessoal; prevalece sobre o que diz respeito aos indivíduos e, portanto, é social (MARITAIN,1962, p. 28). Em consonância, Jacques Maritain afirma que, nada de grandioso se fez no mundo, a não ser pela fidelidade a algo que um ser humano, pessoalmente, enxerga e testemunha. Trata-se de uma realização da qual pode ser que somente ele mesmo tenha consciência (MARITAIN, 1962, p. 34.), sendo que sua individualidade é vista como sombra da personalidade, já que faz referência ao que é material enquanto que o que é pessoal diz respeito ao espírito humano (MARITAIN, 1962, p. 35).

Fora do espírito só existem realidades individuais (ou ainda, realidades sociais e coletivas, que são constituídas pelos indivíduos (MARITAIN,1962, p. 36): aquilo que é individual é matéria,

exatamente, porque precisa ocupar um lugar no espaço. Ora, se é matéria está em constante mudança; é pura potência (MARITAIN, 1962, p. 37) e, o ser humano enquanto matéria tende a cair na multiplicidade, visto que, está submetido ao determinismo do mundo físico (MARITAIN, 1962 pp. 38,39). Em contrapartida, aquilo que é pessoal (e compõe a personalidade) é profundo e não se resume às qualidades, às essências, ou a própria natureza. Em razão disso Maritain dirá que quando se ama alguém, é a personalidade que se ama (MARITAIN, 1962, p. 41) e não a individualidade. A personalidade tem por raiz o espírito e, ao contrário da individualidade, não se envolve com a matéria (MARITAIN, 1962, p. 42).

4. CRISTO E A UNIÃO HIPOSTÁTICA: A EXCEÇÃO PLENA

Portanto, ser uma pessoa, exige que a comunicação com os demais na ordem do conhecimento e, conseqüentemente, do amor. Para que haja amor entre os seres humanos faz-se necessário que eles busquem o conhecimento que está para além do que é material; algo que nem sempre acontece (MARITAIN, pp. 43, 44). Comunicar-se e, realmente amar aos outros, só é possível porque os seres humanos *subsistem*. De acordo com o filósofo francês o conceito de subsistência é um dos mais problemáticos da filosofia tomista (MARITAIN, 1947, pp 299, 300)².

Isso se dá, porque, a existência completa pertence somente a Deus que é potência e também é ato; já no caso dos seres humanos e de todas as demais criaturas o ato não pode existir sem a potência que é o próprio Deus³ o que resulta no fato de que uma natureza substancial, se considerada apenas em seus atributos (*qualidades*), não tem nada que seja, de fato, seu. Existe, afinal, uma espécie de

transcendência no ato de existir e ele não pode ser considerado como propriedade das criaturas (MARITAIN, 1947, p. 300).

Toda criatura possui uma essência substancial e toda a essência substancial é finita, ou seja, tem de ser “terminada” pela essência para que possa, verdadeiramente, existir, ou ainda, subsistir. A subsistência é, enfim, a garantia da existência do ser criado (MARITAIN, 1947, p. 301). Somente no caso da natureza humana de Cristo é que se dá a perfeita união com Deus, sendo que as demais naturezas não existem conforme Ele existe. Na união hipostática de Jesus, o Verbo, pode comunicar uma existência idêntica à natureza divina e essa é a única união em que isso é possível. (MARITAIN, pp. 302, 303).

5. INTERIORIDADE, REFLEXIVIDADE E CONTEMPLAÇÃO

Às demais criaturas não cabe a completude, pois, como já apontado: elas são finitas; não existem e sim subsistem (MARITAIN, p. 304). É a subsistência que lhes permite, em certa medida, imitar a Deus e “existir”, tornando-se autossuficientes e, portanto, pessoas. Enquanto pessoas estão livres da multiplicidade da matéria, a mesma que tem de enfrentar sendo também indivíduos. Martín Echevarría nos esclarece que pode ser chamado *pessoa* todo aquele que subsiste em uma natureza espiritual e isso não acontece com todos os sujeitos, mas, apenas com os seres racionais que agem por si mesmos (ECHEVARRÍA, 2013, p. 281), a saber, anjos, homens e o próprio Deus.

Subsistindo as pessoas podem ser a causa das próprias ações (ECHEVARRÍA, 2013, p. 283), é o oposto do que ocorre com os demais animais que estão fadados a agir de uma única forma diante dos

estímulos sensoriais. A razão humana torna-se livre porque é reflexiva (ECHEVARRÍA, 2013, p. 285) e só é reflexiva, pois, pode voltar-se sobre a própria essência e conhecê-la. Pode, em última instância, contemplar, ainda que a contemplação aconteça apenas parcialmente. Sobre esse aspecto São Tomás de Aquino esclarece que somente Deus acessa plenamente a essência de todas as coisas (AQUINO, 2020 a, p. 122).

A parcialidade, portanto, é resultado da própria existência humana, que é incompleta. Porém, estaremos mais perto da completude à medida que alcançamos aquilo que é intelectual: por meio do intelecto, valendo-se dos objetos sensíveis e refletindo, o ser humano conhece quais são as atitudes, reconhece o próprio hábito e a potência que dele emana. Existe, pois, a necessidade de voltar-se para si mesmo e nisso o homem difere de Deus, visto que, Nele, ser e operar são uma só e mesma coisa (ECHEVARRÍA, 2013, p. 288). Ainda que o ser humano seja capaz de pensar na própria alma, no próprio ser, não é capaz de fazê-lo imediatamente, por isso a ação precisa ser paulatina e contemplativa. (ECHEVARRÍA, 2013, pp. 288, 289).

6. MEMÓRIA E IDENTIDADE: A DIFERENÇA ENTRE HOMEM E ANIMAL

Os homens, ao contrário dos animais, podem refletir e, em certa medida, sustentam-se a si mesmos (ECHEVARRÍA, 2013, p. 290) mas, não o fazem completamente; necessitam que tal reflexão seja gradual e mediada pelos objetos sensíveis. Somente a imaterialidade assegura a permanência do ser e, conseqüentemente, a subsistência. Portanto, as formas que são apenas ato da matéria não podem subsistir e são, assim, corruptíveis. São Tomás de Aquino dirá, justamente, que são formas

que trazem em si o princípio da corrupção: “Pois não se chama corruptível o que Deus pode reduzir ao nada, subtraindo-lhe a conservação, mas o que traz consigo algum princípio de corrupção: a contrariedade, ou, ao menos a potência da matéria. (AQUINO, 2020 a., p. 362).

Contudo, se o espírito conhece sua essência, ainda que parcialmente, pode recolher-se em si mesmo, é o que sublinha Martín Echevarría, ao sustentar que: “o recolhimento é que nos torna pessoas⁴”. (ECHEVARRÍA, 2013, p. p. 292 e 293), a atitude de recolher-se é, enfim, consequência de nossa transcendência imperfeita e de uma certa infinitude formal que não pode ser limitada por uma potência finita. (ECHEVARRÍA, pp. 293, 294) A limitação que temos não está na matéria, mas no nosso próprio ser que não pode ser completamente conhecido, porque, vem de Deus. É da completa infinitude divina que vem a dignidade da pessoa humana que, assim, participa do que é transcendente (ECHEVARRÍA, 2013, p. 298). A participação, entretanto, não se dá primeiro em nós mesmos e recolher-se em si não é o primeiro passo: voltamo-nos, em princípio, para aquilo que é material e só depois reconhecemo-nos enquanto fonte de nosso conhecimento. Ou seja, a infinitude humana é imperfeita (*secundum quid*), precisamente porque sua alma habita um corpo material (ECHEVARRÍA, 2013, p. 299). O recolhimento, a interiorização, ou ainda a contemplação do homem é resultado de sua parcial imortalidade: contempla, unicamente, porque desfruta da liberdade. (ECHEVARRÍA, 2013, p. 300).

7. CORPO E ALMA: O COMPOSTO SUBSTANCIAL DA PESSOA HUMANA

Quando nos recolhemos em nós mesmos, desprendemo-nos das limitações materiais, adquirindo, finalmente, a consciência de si mesmo e do próprio ato de conhecer: assim como conhece o homem torna-se capaz de amar, sendo que o amor também é um princípio humano indivisível (ECHEVARRÍA, 2013, p. 304). Se subsistir e, portanto, ser capaz de recolher-nos, permite que nos conheçamos; é certo que ao nos conhecer também nos tornamos capazes de amar (ECHEVARRÍA, 2013, p. 305). Regressar constantemente ao, leva-nos a ter memória permanente sobre quem somos (ECHEVARRÍA, 2013, p. 308) . Tanto para São Tomás de Aquino, quanto para Jaques Maritain, a memória enquanto consciência da própria identidade no tempo, não pode por si só determinar a identidade do homem, exatamente, porque essa identidade é transcendente.

Todavia, o desenvolvimento histórico da psicologia e o contexto filosófico das teorias psicológicas; muito influenciado pela filosofia moderna, leva à negação do caráter substancial do conceito de pessoa e passa a identifica-la, meramente, como um conjunto de representações que se formam no tempo, reduzindo tudo a integração de um organismo com o mundo através dos sentidos. (ECHEVARRÍA, 2002, p. 93). Essa postura é contrária à argumentação tomista, visto que, para o filósofo medieval o passado configura uma representação não sensível:

... o homem não somente tem a memória, como os outros animais, pela recordação súbita das coisas pretéritas; mas também a reminiscência pela qual indaga silogisticamente, a memória do passado, segundo as espécies intencionais individuais [...] E isso bem claramente se vê, quando, das formas das formas imaginadas do ouro e de uma montanha, compomos a firma única de uma montanha de ouro que nunca vimos. Mas essa operação não existe nos animais, mas só no homem em quem, para tal, basta a virtude imaginativa. (AQUINO. 2020 a, p. 527).

Ao contrário do que acontece em relação aos outros animais, no homem as lembranças não são apenas experiências passadas e recebidas de forma imediata. Ele pode recuperar as próprias lembranças e operá-las intelectualmente, recombinando-as. Ou seja, não são simples imagens físicas e sensíveis e sim representações mentais que podem ser manipuladas: o intelecto humano influi sobre o que é sensível e o torna apto às reminiscências (ECHEVARRÍA, 2002, p. 95). É a memória que situa os fatos no tempo e é só por isso, que podemos regressar às pessoas e inclusive, à nós mesmos. (ECHEVARRÍA, 2002, p. 99)

Se os filósofos modernos nos conduziram à negação do caráter substancial do conceito de pessoa, considerando-o como um simples aglomerado de representações temporais que interage com o mundo sensível, coube aos filósofos contemporâneos retomar a atenção à corporeidade e afirmar que o corpo não pode ser visto somente como algo com que o homem se relaciona, posto que não é possível se enxergar distinto dele. A ideia contemporânea não é de

todo alheia ao pensamento tomista, para o qual a alma é parte do homem, porém, não é o todo:" ... se alguém disser que a alma é composta de matéria e forma, de nenhum modo poderá dizer que ela é a forma do corpo. Pois, sendo a forma ato, e a matéria, ser somente potencial, de nenhum modo o que é composto de matéria e forma poderá ser, em si e totalmente, forma de outro ente" (AQUINO, 2020 a., p. 486).

Se, afinal, configurasse um composto de matéria e forma, não poderia ser o princípio subsistente que a atualiza o próprio corpo. Por essa razão o ser humano é a junção de ambos: não fosse pela alma, o corpo humano nem seria um corpo, conforme afirma o próprio São Tomás de Aquino: (ECHEVARRÍA, 2019, p. 347):

se a alma só se une ao corpo como o movente ao movido, o corpo e suas partes não recebem da alma a espécie. Ora, vê-se que isto é falso, porque, após a partida da alma, a carne, os ossos, as mãos e outras partes, não se chamam assim senão de modo equívoco, porque não se apresenta nenhuma operação própria dessas partes que venha da espécie" (AQUINO, 2017, p. 259).

O conceito de corpo pode, aqui, ser entendido em três sentidos diferentes:

1. a) É um princípio substancial que faz com que sejamos o que somos.
2. b) É um princípio substancial que faz com que a substância seja tridimensional, contendo partes fora das partes⁵.

3. c) É um *composto* substancial de matéria e forma: um ser humano concreto.

Se trata, pois, de matéria e também de forma, sendo que, sujeito ao tempo e ao espaço é um corpo entre outros corpos (ECHEVARRÍA, 2019, pp. 349,350), mas, enquanto espírito é *pessoa* e enquanto pessoa respeita a uma ordem que tende ao que é espiritual, por isso, há órgãos de menor e maior importância⁶. São Tomás de Aquino, assim como o fez Aristóteles, ainda situa alguns dos sentidos no coração humano: “Toda a boa disposição do corpo redundava de certo modo no coração, princípio e fim dos movimentos corpóreos. Como diz Aristóteles.” (AQUINO, 2020 b, p.245)

O filósofo medieval preocupa-se em definir os sentidos da corporeidade e os movimentos corpóreos, justamente, na intenção de assinalar aquilo que muda e aquilo que é permanente no homem. E, assim como acontece com relação aos sentidos da corporalidade, também são três os gêneros de acidentes que acometem os indivíduos, confirmando que, ao mesmo tempo é particular (*indivíduo*), o ser humano também é universal (*espécie*). (ECHEVARRÍA, 2019, p. p. 352, 353).

1. a) Os que se originam dos princípios da espécie e são comuns a todos os homens (como, por exemplo, a racionalidade, a capacidade de linguagem, o bipedismo e a mortalidade física).
2. b) Os que se originam de princípios individuais, sobretudo os permanentes e inseparáveis dos indivíduos (e que os definiriam caso isso fosse possível). São exemplos desses acidentes: a cor da pele, olhos ou cabelos; a proporção

corporal, o temperamento, ou ainda possíveis marcas congênitas.

3. c) Os que se originam externamente e são separáveis dos próprios indivíduos (com o fato de estar de pé, ou, sentado.

8. INDIVIDUALIDADE VERSUS PERSONALIDADE: MATÉRIA E ESPÍRITO

Diante dessas distinções, pode-se concluir que, se a alma humana é a mesma em todos os corpos, quando considerada como essência do ser humano, contudo, é diferente se consideramos bases biológicas e características psicológicas e isso se dá, pois, o corpo humano é naturalmente disposto a conhecer por meio dos sentidos; a própria forma da disposição sensível tende a cognição:

“Por parte do órgão a mutação é natural no tato e no gosto; [...] O sentido da visão, porém, que não precisa de nenhuma mutação natural do órgão e do objeto é, dentre todos os sentidos, o mais espiritual, perfeito e comum; em seguida, vem o sentido da audição, e, depois, o olfato, que sofrem mutação natural por parte do objeto.” (AQUINO, 2020 a., p. 354).

Enquanto um sentido interno, a memória também está ligada a um órgão sensível determinado, porém, o mesmo não acontece com o entendimento e a vontade que não tem lugar no corpo: o intelecto não está em um órgão sensível porque apreende o universal: “... o princípio intelectual chamado alma ou entendimento, tem a sua operação própria, não comum com o corpo.

Ora só pode operar por si o que por si subsiste, pois operar só é próprio do ser atual” (AQUINO, 2020 a, p. 486) e embora aqui não tratemos especificamente da vontade, o mesmo acontece quando buscamos o bem universal. É certo que, mesmo que não esteja no corpo, graças a constituição mesma do homem o entendimento toma seus objetos das imagens produzidas pelos sentidos internos e esses sentidos (como é o caso da memória) têm uma dependência funcional do cérebro. Consequentemente o ser humano entende muito mais quando recorre à multiplicidade dos sentidos:

... a operação intelectual quanto aos fantasmas (imagens sensíveis) é causada pelo sentido. Como, porém os fantasmas não bastam para imutar o intelecto possível, mas é preciso que se tornem em inteligíveis atuais, por meio do intelecto agente, não se pode dizer que o conhecimento sensível seja a causa perfeita e total do conhecimento intelectual, mas, antes e de certo modo a matéria da causa. (AQUINO, 2020 a, p. p. 570. 571).

Muito poucas são as coisas que nos vêm pela inteligência natural e, geralmente, o entendimento é algo emprestado de que participamos (AQUINO, 2020 a, p. 538) Primeiro é preciso que façamos descobertas, submetendo as imagens sensíveis aos primeiros princípios; às verdades intelectuais que o intelecto aprende de modo imediato. Só depois é que retornamos, julgando, finalmente, se o conhecimento é verdadeiro. Afinal, se é a partir das imagens sensíveis que, majoritariamente se dá o entendimento, pode-se concluir que os homens terão disposições intelectuais diferentes umas das outras, pois, os corpos são distintos. Da mesma forma são distintas as vontades e assim como há homens mais, ou

menos inteligentes também há os que são mais dispostos à mansidão, ou, a castidade:

... a inclinação para os objetos próprios, que é considerada uma incoação do hábito, não lhe pertence a este, mas antes, a natureza mesma da potência. -Quanto ao corpo, porém, levando em conta a natureza do indivíduo, há certos hábitos apetitivos por inclinações naturais. Pois, certos são dispostos, pela própria compleição do corpo, à castidade, à mansidão, ou a disposições semelhantes. (AQUINO, 2020b, p. 306)

A potência intelectual não pertence, pois, ao corpo, mas é espiritual. Não obstante, o corpo pode dispor melhor ou pior o indivíduo para o exercício dessa potência, porque o intelecto humano depende dos sentidos e da imaginação como ponto de partida. A memória, a seu turno, elege as imagens situadas no passado, lhes conserva o sentido e lhes compreende como previamente vividas. (distinguindo-as da experiência presente e da imaginação futura).

Disso decorre que a temporalidade e a corruptibilidade humanas também afetam a vida moral, já que a eleição das imagens é influenciada pela natureza do indivíduo e pode ser oportuna, mas, também pode ser equivocada. (AQUINO, 2020b, p. 317) Os hábitos intelectuais tornam o homem pronto a julgar retamente, porém se abandona tais hábitos, tem imaginações estranhas que geram o resultado oposto: àquele que cultiva o hábito de organizar e revisar suas experiências, através da reflexão, tende a distinguir claramente o que é real do que é projeção, ou, ilusão; em contrapartida, aquele

que não o faz, arrisca-se a confundir a realidade com as próprias projeções.

O argumento tomista, mais, uma vez ajuda-nos a ressaltar a importância da atitude contemplativa e autorreflexiva, no intuito de escapar das contradições que o ser humano experimenta. Embora seja, de fato, contraditório; não se pode dizer que o homem é paradoxal, porque, a inteligência humana permite o entendimento e aqueles que têm maior disposição o alcançam. Seja como for, é fato que o conhecimento da alma humana excede à matéria:

Ora, a alma humana é a última em nobreza das formas. Por onde excede, pela sua virtude, a matéria corpórea na medida mesma em que tem uma operação e uma virtude, das quais de nenhum modo participa a matéria corpórea. E essa virtude se chama intelecto. (AQUINO, 2020b., p. 496)

Ainda que, devido a constituição do ser humano, dependa das funções orgânicas, é espiritual, excede a matéria e também domina sobre ela. Enquanto aquilo que é superior, ela não pode ser atualizada, por isso, permanece como que submergida, encolhida no interior do homem que, portanto, é um ser dotado de interioridade. (ECHEVARRÍA, 2019, p. 363) Graças à superioridade anímica, o corpo se faz portador de significados que transcendem a materialidade: um sorriso, por exemplo, ultrapassa a função biológica dos músculos e se torna sinal de alegria e marcas corporais podem carregar memórias que revelam algo do espírito. Ilustrando esse mesmo aspecto São Tomás de Aquino também mencionará os sacramentos, que embora sejam realidade sensível também são

senal de um conhecimento não revelado, que só se alcança espiritualmente. (AQUINO, 2016, p. 441)

Pretende-se salvaguardar a autonomia ontológica do homem sustentando a unidade mesmo diante da multiplicidade de ações e paixões em que consiste nossa vida:

Pois, o nome vida é derivado de uma certa aparência externa das coisas, consistente em se moverem a si mesmas; porém esse nome não se aplicou para significar tal fenômeno, mas, sim, a substância a qual convém, por natureza, mover-se a si mesma, ou determinar-se, de qualquer modo, à operação. (AQUINO, 2020 a., p. 158.)

Nossas percepções, juízos de valor, recordações, emoções, decisões, etc.; não são uma simples sucessão de operações organizadas pela memória e embora a corrente empirista tenha tentado reduzir assim o conceito de pessoa, nossa própria experiência nos mostra que a definição é insuficiente e que todas as nossas ações estão radicadas em nós mesmos, permanentes no tempo e sujeitos dos próprios pensamentos. (ECHEVARRÍA, 2010, p. 232).

9. A INFLUÊNCIA DAS DISPOSIÇÕES CORPORAIS NA VIDA INTELECTUAL E MORAL

Verdadeiramente somos sujeitos de nossos pensamentos e ações, contudo é importante reafirmar que o somos de maneira subsistente, o que significa que nossa capacidade de existir nos é “*emprestada*”: existimos e somos capazes de agir intelectualmente, mas, somente quando a alma se volta para Deus; do contrário,

somos apenas multiplicidade e movimento.(ECHEVARRÍA, 2010, 233) Nossos conhecimentos, hábitos, o acumulado de nossas recordações e experiências afetivas, não são o que nós somos, mas, determinam aquilo que podemos ser: é através da reflexão sobre as experiencias sensíveis que o ser humano se descobre *pessoa* e não apenas *indivíduo*. (ECHEVARRÍA, 2010, pp. 237, 238). Apesar de todos os seus acidentes o homem não deixa de ser imagem e semelhança de Deus e o é por seus atos:

Mas como os princípios dos atos são os hábitos e as potências, e como o ser está, virtualmente, no seu princípio, a imagem da Trindade, pode ser admitida na alma, secundária e como consequentemente, quanto as potências e, principalmente, quanto aos hábitos, enquanto que, nestes, os atos existem virtualmente. (AQUINO, 2020 a., p. 634).

Isso significa que, as atitudes que tomamos, sustentados pelas potencias e hábitos presentes em nossa alma, são a prova mais concreta da semelhança divina presente em nós. Nesse sentido, mais uma vez, a contemplação se mostra essencial, pois é ela que ordena os hábitos e atos, garantindo que as boas ações não sejam simples movimentos exteriores, mas expressão concreta da participação na vida divina. Os hábitos e atos intelectuais, amenizam, em certa medida, a finitude da substância do homem: o conhecimento não faz parte dessa substância, mas, quando o alcançamos, também alcançamos uma maior proximidade com Deus e nos tornamos mais do que a matéria finita nos permite ser, concluindo, enfim que *viver* é muito mais do que apenas viver. De nada nos adiantaria conhecer, se através do conhecimento não nos

tornássemos distintos da ordem meramente individual e é por isso que graças à vontade somos agentes de nossos próprios atos e em virtude das ações livres podemos ser chamados *peessoas* (ECHEVARRÍA, 2010, p. 244)

Abordar as ações humanas levanta ainda uma última e importante questão que gera discordâncias entre cristãos, sejam eles protestantes ou católicos: afinal, como tratar da ação secular e social e, ao mesmo tempo, da contemplação e interioridade da pessoa humana? Entre os próprios católicos, após o *Concílio Vaticano II*, há quem defenda a primazia da comunidade sobre o indivíduo. É o que aponta Luís Felipe Marques, em sua análise do tema, assinalando que se o *Concílio de Trento*⁷, no século XVI, havia favorecido a passagem da comunidade ao indivíduo, quatro séculos depois, o *Concílio Vaticano II*⁸, demarca a retomada da atitude comunitária sobre a perspectiva individual. (MARQUES, L. F. C, 2023, p. 665). Acrescenta, ainda que: a celebração litúrgico-sacramental é um antídoto contra o subjetivismo, a auto referencialidade alimentada pela própria razão e pelo próprio sentir (MARQUES, L. F. C, 2023, p. 660). É fato que as ações autorreferentes e subjetivistas não contribuem para o bem comum, porém, seria um erro abdicar da contemplação individual como se essa fosse inferior à ação social. É essa a afirmação de Maritain, citado anteriormente e serve para todos os cristãos, sejam eles católicos, ou protestantes.

Issac Malheiros Meira Júnior e Vanessa Meira ajudam a ilustrar a questão com um estudo de hábitos e práticas devocionais realizado no Centro Universitário Adventista de São Paulo (MEIRA JÚNIOR e MEIRA, p. 5). Inicialmente, aplicou-se um questionário com o objetivo de descobrir os hábitos devocionais dos estudantes e então, foi planejado e ofertado um curso de Formação Espiritual com base

nas respostas obtidas. (MEIRA JÚNIOR e MEIRA, p. 6). Os participantes da pesquisa mantiveram diários para registrar suas experiências pensamentos e observações e o interessante é a constatação de que esses relatos subjetivos foram dados valiosos para o prosseguimento da pesquisa. (MEIRA JÚNIOR e MEIRA, p. 7), sendo que, antes da intervenção, poucos estudantes conservavam o hábito de fazer a devoção pessoal e o percentual subiu de 26% para 40% após a prática.

Aumentaram também as orações solitárias entre os seminaristas: antes somente 15% declaravam orar sozinhos e, depois da intervenção 40% deles o faziam. (MEIRA JÚNIOR e MEIRA, pp.8, 9). A solitude eo silêncio (também indispensáveis na contemplação defendida por São Tomás de Aquino e Maritain), antes consideradas como fuga da rotina e relacionadas a uma espiritualidade sensível, passaram a ser vistas como uma forma de ligação e comunicação divinas. (MEIRA JÚNIOR e MEIRA, p. 12).

Por fim, o ponto mais impactante, talvez, esteja na constatação de que o serviço comunitário (ao contrário dos outros aspectos) diminuiu ligeiramente entre aqueles que participaram e se antes era descrito por eles como “prática do amor” passou a ser tido como uma “atitude de combate ao egoísmo” que faz esquecer de si e pensar no outro.(MEIRA JÚNIOR e MEIRA, p. 12). Ou seja, voltando-se para si mesmos, tornaram-se mais capazes de reconhecer as próprias deficiências e agir melhor em relação ao próximo, comprovando a pertinência da reflexão tomista e maritainiana, mesmo quando se está distante de um contexto católico.

10. CONCLUSÃO

A reflexão sobre a pessoa, a subsistência e a contemplação, desenvolvida por São Tomás de Aquino e retomada por Jacques Maritain, parte da distinção fundamental entre indivíduo e pessoa. O indivíduo, ligado à matéria, está sujeito à multiplicidade e ao determinismo físico; já a pessoa, enquanto ser racional, é capaz de conhecer e amar, e por isso participa da dignidade espiritual. Essa distinção inicial abre caminho para compreender que a verdadeira vocação humana não se encontra na mera individualidade, mas na personalidade enraizada no espírito.

O conceito de subsistência, central na argumentação tomista e neotomista, reforça essa diferença. Só Deus existe plenamente; as criaturas apenas subsistem, revelando sua finitude. Contudo, é justamente essa condição limitada que torna possível a reflexão e a contemplação. Subsistir significa ter em si o princípio de suas operações, e no caso do homem, esse princípio é espiritual: a alma, capaz de voltar-se sobre si mesma, de reconhecer hábitos e potências, e de ordenar atos. Martín Echevarría aprofunda essa perspectiva ao mostrar que apenas os seres racionais — anjos, homens e Deus — podem ser chamados pessoas, porque subsistem em uma natureza espiritual e, por isso, podem agir por si mesmos.

A contemplação surge, então, como o eixo que dá sentido à subsistência. Para São Tomás, a bem-aventurança consiste na visão de Deus, e o intelecto especulativo, voltado à verdade, supera qualquer bem prático. Maritain complementa afirmando que nada de grandioso se fez no mundo sem fidelidade àquilo que um ser humano contemplou e testemunhou pessoalmente. A contemplação não é apenas superior à ação, mas é o fundamento que ilumina e ordena os hábitos, garantindo que as ações humanas sejam expressão da semelhança com Deus.

Nesse processo, a memória e a interioridade desempenham papel decisivo. O homem não apenas recorda como os animais, mas recombina lembranças, constrói identidade e projeta sentido. Essa capacidade de manipular intelectualmente as experiências confirma a imagem da Trindade na alma, pois os atos humanos, iluminados pela contemplação, tornam-se participação na vida divina. O corpo, atualizado pela alma, integra-se à pessoa como composto substancial, mas é a atitude contemplativa que o liberta da mera materialidade e o orienta para o transcendente.

Assim, a argumentação conduz à conclusão, exposta e compartilhada por São Tomás de Aquino e Jacques Maritain enquanto os autores escolhidos como principais referências do estudo histórico-comparativo proposto. A pessoa humana é marcada pela subsistência, pela interioridade e pela contemplação. É o recolhimento interior que origina esse percurso, pois nele o homem se desprende das limitações materiais, adquire consciência de si e do próprio ato de conhecer, e torna-se capaz de amar. O recolhimento contemplativo é, portanto, o núcleo da existência pessoal, porque, confirma a imagem de Deus no homem, dá sentido à subsistência e fundamenta as boas ações. Sem ele, a vida humana se reduziria à mera individualidade material; com ele, torna-se participação no absoluto, expressão da dignidade espiritual e realização da vocação última da pessoa.

Por fim, a pesquisa-ação realizada numa instituição adventista e, portanto, não católica (aqui apresentada como um dentre tantos outros exemplos possíveis), comprova que a mesma reflexão é válida para os cristãos de origem protestante, ainda que tenha sido suscitada por autores católicos. A contemplação, enfim, longe de ser mero exercício individual, é vocação essencial do ser humano, pois

conduz ao autoconhecimento, fortalece a interioridade e orienta a ação para o transcendente, sem com isso desprezar seu papel comunitário e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBROSINI, Juan Agustín. *La originalidad del concepto de subsistencia en la obra de Jacques Maritain*. *Espíritu*, Barcelona, v. 69, n. 160, p. 245-272, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7707070>. Acesso em: 24 jan. 2026.

AQUINO, Santo Tomás de. *Suma contra os gentios*. Tradução de Odilão Moura. 2. ed. Campinas: Ecclesiae, 2017.

AQUINO, Santo Tomás de. *Suma Teológica: volume I, I^a*. Tradução de Alexandre Correia. Campinas: Ecclesiae, 2020a.

AQUINO, Santo Tomás de. *Suma Teológica: volume II, Ia IIae*. Tradução de Alexandre Correia. Campinas: Ecclesiae, 2020b.

AQUINO, Santo Tomás de. *Suma Teológica: volume IV, III^a*. Tradução de Alexandre Correia. Campinas: Ecclesiae, 2016.

ECHEVARRÍA, Martín F. *El modo de subsistir personal como relación sustancial según Tomás de Aquino*. *Espíritu*, Barcelona, v. 62, n. 146, p. 277-310, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/417556>. Acesso em 28 jan. 2026

ECHEVARRÍA, Martín F. *La corporalidad humana según Tomás de Aquino*. *Revista Española de Teología*, Madrid, v. 79, p. 345-366, 2019.

Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/555566>. Acesso em 27 jan. 2026.

ECHEVARRÍA, Martín F. *Memoria e identidad según Santo Tomás de Aquino*. *Sapientia*, Buenos Aires, v. 57, p. 91-112, 2002. - Disponível em: https://archive.org/details/sim_sapientia_january-june-2002_57_211. Acesso em: 29 jan. 2026.

ECHEVARRÍA, Martín F. *Persona y personalidad. De la psicología contemporánea de la personalidad a la metafísica tomista de la persona*. *Espíritu*, Barcelona, v. 59, n. 139, p. 207-244, 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/273382>. Acesso em: 02 fev. 2026.

FERNÁNDEZ RUIZ, Juan Ignacio. *¿Existe en Santo Tomás una filosofía del corazón?* *Sapientia*, Buenos Aires, v. 78, fasc. 252, p. 235-248, jul./dic. 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/613456>. Acesso em: 09 fev. 2026.

MARITAIN, Jacques. *A Pessoa e o Bem Comum*. Tradução de Vasco Miranda. Lisboa: Livraria Moraes Editora, 1962.

MARITAIN, Jacques. *Distinguir para unir o los grados del saber*. Tradução de Alfredo Frossard, Leandro de Sesma e Pacífico de Iragui. Buenos Aires: Dedebec, 1947.

MARQUES, Luís Felipe. *Sacrosanctum Concilium e os sacramentos. Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 55, n. 3, p. 651-670, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.20911/21768757v55n3p651/2023>. Acesso em 24 mar. 2026.

MEIRA JUNIOR, Isaac Malheiros; MEIRA, Vanessa. Espiritualidade de estudantes de teologia: relato de uma pesquisa-ação. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 64, n. 3, número especial, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.22351/et.v64i3.2995>. Acesso em 24 mar. 2026.

¹ Jacques Maritain afirma, nesse trecho, que é grego e pagão interpor o universo entre Deus e os seres humanos.

² Juan Agustín Ambrosini faz a mesma afirmação sobre o conceito tomista de subsistência e acrescenta que, para Maritain, o conceito deve receber destaque devido ao seu valor metafísico. Cf.: AMBROSINI, 2020, p. 252.

³ Trata-se, especificamente, do Anexo IV, onde o filósofo abordará o conceito de subsistência.

⁴ Tradução livre do texto em espanhol.

⁵ Esse princípio corresponde a quantidade, o primeiro dos acidentes corpóreos, que, para Jacques Maritain corresponde ao domínio científico da matemática. Cf. MARITAIN, 1947, p. 223.

⁶ Juan Ignacio Fernandez Ruiz explora esse aspecto em seu artigo: ¿Existe en Santo Tomás una filosofía del corazón? Cf.: FERNÁNDEZ RUIZ, 2022, p. 232).

⁷ O Concílio de Trento (1545–1563), realizado em resposta à Reforma Protestante, reforçou a dimensão individual da fé ao enfatizar a disciplina pessoal, a confissão auricular e a responsabilidade

individual diante dos sacramentos. Essa ênfase favoreceu uma passagem da perspectiva comunitária para a vivência mais centrada no indivíduo, ainda que dentro da estrutura eclesial.

⁸ Quatro séculos depois, o Concílio Vaticano II (1962–1965) promoveu uma renovação eclesial que recolocou a dimensão comunitária no centro da vida cristã. Documentos como a *Lumen Gentium* destacaram a Igreja como “Povo de Deus”, sublinhando a participação ativa dos fiéis na liturgia e na missão, em contraste com a perspectiva mais individualizada herdada de Trento.